

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Breves Comentários sobre a Possibilidade de se Fazer Divórcio, Extinção de União Estável e Inventário por Escritura Pública

CAPÍTULO 2 – Breves Comentários acerca da Emenda Constitucional 66, de 2010, que Colocou fim aos prazos para o Divórcio Extrajudicial e Judicial e Acabou com o Instituto da Separação

1. a emenda constitucional 66 e seus efeitos práticos
2. notícia histórica sobre a separação e as espécies de divórcio

CAPÍTULO 3 – Divórcio Consensual por Escritura Pública: Questões Polêmicas

1. O divórcio consensual no Código de Processo Civil de 2015: uma análise dos seus requisitos de validade
2. A facultatividade da norma que permite a realização do divórcio por escritura
3. A escolha do tabelionato de notas para lavrar a escritura
4. O local e o momento da realização da escritura
5. Os documentos exigidos para a realização da escritura de divórcio
6. A indicação do advogado pelo tabelião
7. A gratuidade das escrituras de separação e divórcio
8. O divórcio de cônjuge absolutamente ou relativamente incapaz
9. O divórcio por escritura pública de cônjuge analfabeto
10. A representação do cônjuge na escritura de divórcio
11. Qual escritura fazer se o casal é separado judicialmente, extrajudicialmente ou de corpos?
12. A reconciliação das pessoas que já se separaram ainda pode ser escriturada?
13. A desnecessidade de fazer partilha de bens na escritura
14. Das disposições sobre alimentos nas escrituras públicas
15. A escritura de separação e divórcio que fixa alimentos para o cônjuge, se precisar ser executada, é título executivo judicial ou extrajudicial?
16. A cláusula relativa ao uso do nome de casado ou solteiro
17. A possibilidade de separação de corpos consensual por escritura pública
18. O divórcio de cônjuges casados no estrangeiro
19. Os efeitos da escritura de divórcio de cônjuges brasileiros, feita no estrangeiro
20. Da lei 12.874, de 29 de outubro de 2013, que alterou o art. 18 do Decreto-lei 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB), para possibilitar às autoridades consulares brasileiras celebrarem o divórcio consensual de brasileiros no exterior

21. O estado civil do separado extrajudicialmente
22. Do segredo de justiça das informações constantes na escritura
23. Da extensão do sigilo das escrituras aos registradores de imóveis e civis, e não somente aos tabeliães
24. Recusa do tabelião de realizar a escritura de divórcio ou extinção de união estável
25. Do pagamento da meação ao cônjuge no divórcio

CAPÍTULO 4 – Dissolução de União Estável por Escritura Pública: Questões Polêmicas

1. Da evolução no tempo da união estável
2. Do conceito de união estável
3. Do contrato de namoro em virtude da dificuldade de diferenciação com a união estável
4. Da aplicação da regra do regime de separação obrigatória na união estável
5. Da união estável envolvendo menores de idade
6. Do reconhecimento e da dissolução da união estável
7. Da possibilidade de a pessoa com deficiência constituir união estável
8. Da necessidade ou não de outorga conjugal na união estável
9. Da possibilidade de se dar publicidade da união estável por meio de registro no cartório de registro civil das pessoas naturais que faz surgir um estado civil aos conviventes
10. A possibilidade de se fazer reconhecimento, dissolução e partilha de bens de pessoas que vivem em união estável por escritura pública
11. Dos requisitos para se fazer a dissolução da união estável por escritura pública
12. A possibilidade de se fazer reconhecimento, dissolução e partilha de bens de pessoas que vivem em união homoafetiva por escritura pública
13. A gratuidade das escrituras de dissolução da união estável
14. Do sigilo nas escrituras de dissolução de união estável

CAPÍTULO 5 – Do Inventário por Escritura Pública: Questões Polêmicas

1. O inventário por escritura pública no Código de Processo Civil de 2015: uma análise dos seus requisitos
2. A impossibilidade de se escriturar o inventário no tabelionato de notas, quando a mulher estiver grávida
3. O local da realização da escritura
4. A gratuidade das escrituras de inventário
5. Os documentos exigidos para a realização da escritura de inventário
6. A representação dos herdeiros na escritura de inventário extrajudicial
7. A mudança do prazo para abrir o inventário e a derrogação do art. 1.796 Do Código Civil
8. A denominação dada pelo legislador: inventário ou arrolamento sumário (arts. 660 A 663 do Código de Processo Civil)?

9. A possibilidade de desistência de inventário judicial em curso para a celebração de escritura pública, bem como da opção pela via judicial após o início do procedimento administrativo. A facultatividade da norma do art. 610 do CPC.
10. A possibilidade de inventariar – por escritura pública – bens de sucessão aberta antes do início da vigência da Lei 11.441/2007
11. A desnecessidade de homologação judicial da escritura pública de inventário
12. O inventário por escritura pública de herdeiros analfabetos
13. A possibilidade de o inventário negativo ser feito por escritura pública
14. A necessidade de nomeação do inventariante no inventário extrajudicial e a possibilidade de se fazer escritura autônoma de nomeação do inventariante
15. A escritura como título hábil para transferir bens móveis, imóveis e levantamento de dinheiro
16. A possibilidade de fazer sobrepartilha por escritura pública
17. O inventário extrajudicial por escritura pública no caso de união estável
18. A possibilidade de se fazer inventário de pessoas que viviam em uniões homoafetivas e em casamento homoafetivo
19. A cessão dos direitos hereditários
20. A incidência de tributo na hipótese de cessão dos direitos hereditários
21. A possibilidade de inventário extrajudicial conjunto
22. Recusa do tabelião de realizar a escritura de inventário
23. Do segredo de justiça das informações constantes na escritura
24. Da atribuição de valores para certos direitos na escritura de inventário, principalmente o que decorre de conta bancária do falecido
25. Da não incidência do ITCMD e da desnecessidade de se inventariar valores recebidos a título de seguro de vida
26. Da necessidade de se registrar o direito real de habitação do cônjuge e do companheiro descrito na escritura pública e inventário extrajudicial
27. Da declaração de renda do espólio

CAPÍTULO 6 – Dos Modelos De Escrituras

1. Modelo de Escritura de divórcio consensual
2. Modelo de Escritura de Divórcio Consensual com Partilha de Bens
3. Modelo de Escritura de dissolução de União Afetiva
4. Modelo de Procuração Pública para a Representação do Cônjuge na Escritura de Divórcio Extrajudicial ou de Dissolução de União Estável
5. Modelo de Escritura de Inventário e Partilha do Espólio com Partilha Igualitária
6. Modelo de Escritura de Inventário e Partilha do Espólio com Cessão de Direitos
7. Modelo de Escritura de Inventário Negativo
8. Modelo de Escritura Pública de Cessão Gratuita de Direitos Hereditários

Anexos

Referências Bibliográficas

Obras do Autor